

# Estudo Técnico Preliminar - 25/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo:

## 2. Descrição da necessidade

A necessidade da contratação é dividida em três aspectos: **funcional**, **técnico** e **normativo**.

**Aspecto Funcional** - Necessidade de adequado funcionamento dos sistemas da PF, como um meio para que a mesma atinja os seus propósitos:

O Estado Democrático deve assegurar ao cidadão (brasileiro ou estrangeiro) residente no país, o respeito à sua integridade física e patrimonial. Para cumprir essa função, o Estado-Administração tem à sua disposição os órgãos policiais, que também podem ser denominados Forças de Segurança. Os agentes policiais atuam na preservação da ordem pública em seus diversos aspectos, garantindo aos administrados os direitos assegurados pela Constituição Federal.

Conforme o art. 144, §1º, inciso IV, da Constituição Federal, a PF destina-se a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União, o que implica no aumento de responsabilidades e de atribuições do órgão no exercício de suas funções.

A missão da Polícia Federal é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (Art. 5º, § 2º da Constituição Federal). Essa atividade exige preparo dos integrantes das Corporações Policiais e capacidade operacional para pronto atendimento.

A contratação trata da manutenção predial para as instalações da nova Sede da Polícia Federal, localizado em Brasília/DF, incluindo as instalações civis, instalações elétricas e de climatização. Como citado anteriormente, a Polícia Federal tem que estar pronta para assegurar o exercício dos direitos e garantias fundamentais ao cidadão. Neste contexto, a interrupção de qualquer um dos sistemas objetos do contrato acarreta em perda operacional desta corporação.

Ainda nesse sentido, a não execução da correta manutenção dos sistemas supracitados e objeto do presente estudo de contratação traz prejuízo ao andamento dos trabalhos do órgão, bem como os inevitáveis transtornos que tal interrupção indubitavelmente causaria a terceiros interessados - vale dizer, à população que se utiliza de serviços tais quais a expedição de passaporte, registro

de estrangeiros; registro, porte e devolução de armas de fogo; segurança privada; produtos químicos; oitivas; entre outros.

**Aspecto Técnico** - Necessidade para atender a manutenção e conservação da edificação, requerendo, para a adequada realização do serviço de manutenção predial, o emprego de conhecimentos técnicos especializados em engenharia e manutenção predial.

A PF detém sistemas civis, elétricos, de climatização (mecânicos) e de automação que exigem conhecimentos técnicos especializados em engenharia, manutenção de equipamentos e automação, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Os sistemas devem ser inspecionados periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. A falta de manutenção preventiva e corretiva pode levar ao colapso de sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão.

Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais instalações e sistemas necessitam, com frequência, de manutenção corretiva para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante ampliação das atividades da Polícia Federal impõe a necessidade de adequação, recuperação e ampliação nas instalações e sistemas em apreço, de forma a atender à demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novos aparelhos de ar condicionado, novos pontos de energia elétrica, alterações de leiautes e divisórias, manutenção dos sistemas hidráulicos da edificação e outros de natureza similar não citados.

Considerando que a PF não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando à execução das atividades de manutenção - preventiva, corretiva e preditiva de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços de plantão, emergenciais e eventuais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, consoante o Decreto nº 9.507/2018 e Instrução Normativa nº 5 /2017-MPDG.

A presente demanda se faz necessária pois o novo Ed. Sede da Polícia Federal hoje **não está abarcada por nenhum tipo de contrato de manutenção predial.**

Verifica-se a necessidade de contratação da prestação do serviço em apreço visando à execução das atividades de manutenção – primordialmente preventiva e corretiva, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos das unidades.

Sendo assim, considerando também que:

- A PF não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também tais atividades não constituem objeto da instituição, a terceirização da mão de obra se torna essencial para manter as edificações em perfeito funcionamento, garantindo o funcionamento administrativo e policial das instalações no novo Ed. Sede.
- O serviço de manutenção predial possibilitará a operação contínua e ininterrupta dos diversos sistemas, equipamentos e instalações prediais da Polícia Federal, garantindo todas as condições de conforto ambiental, segurança, saúde e bem-estar, necessárias para o desempenho das atividades do órgão, além de zelar pela preservação do imóvel locado, bem como o patrimônio público constante nas instalações;
- A inexistência ou a execução inadequada de manutenção nas instalações e nos sistemas, objeto da presente licitação, traz prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem como os inevitáveis transtornos que eventuais interrupções no funcionamento normal do órgão indubitavelmente causariam à população que se utiliza dos serviços prestados.
- Tais instalações e sistemas de elevada complexidade necessitam, com frequência, de manutenção corretiva para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante ampliação das atividades da Polícia Federal impõe a necessidade de adequação, recuperação e ampliação nas instalações e sistemas em apreço, de forma a atender à demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a substituição ou instalação de luminárias, adequação de pontos elétricos ou a movimentação de divisórias.

Entende-se, portanto, que as instalações e sistemas do novo Ed. Sede da Polícia Federal requer o emprego de conhecimentos técnicos especializados em engenharia e manutenção predial para a adequada prestação dos serviços, objeto da licitação almejada.

**Aspecto Normativo** - Necessidade da contratação para atender às normas técnicas brasileiras, normas de segurança do trabalho e demais leis e decretos técnicos e administrativos pertinentes.

Tendo em vista o programa de etiquetagem energética de edifícios públicos, PBE edifica, e a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 4 DE JUNHO DE 2014 da SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO que dispõe sobre as regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam *retrofit*, o contrato de manutenção pretendido visa também a efficientização energética no usos dos sistemas de climatização e automação, que corresponde a elevada parcela de todo o consumo das unidades.

O disposto na seção VIII - Responsabilidade Técnica - da Resolução DC/ANVISA nº 9, de 16/01/2003:

- providenciar a avaliação biológica, química e física das condições do ar interior dos ambientes climatizados;
- promover a correção das condições encontradas, quando necessária, para que estas atendam ao estabelecido no Art. 4º desta Resolução;
- manter disponível o registro das avaliações e correções realizadas; e
- divulgar aos ocupantes dos ambientes climatizados os procedimentos e resultados das atividades de avaliação, correção e manutenção realizadas.

Atendendo também ao disposto na Resolução DC/ANVISA nº 9, de 16/01/2003, que determina a publicação de Orientação Técnica elaborada por Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo e também a Portaria nº 3.523, de 28/08/1998, que aprova Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

A qualidade do ar interno impacta diretamente no absenteísmo e no aumento da produtividade, dois fatores intrínsecos às pessoas que ocupam os edifícios. Cada vez mais o tratamento da qualidade do ar de interiores traz o bem-estar dos habitantes dos edifícios ao centro do debate, amparados pelos estudos atuais que demonstram o impacto disto nos custos, diminuindo as despesas das unidades e trazendo melhor qualidade de vida aos usuários, implicando também em melhor performance nas atividades desempenhadas pela Polícia Federal. (<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/06/ma-qualidade-do-ar-no-ambiente-de-trabalho-pode-levar-sindrome.html>)

### 3. Área requisitante

| Área Requisitante        | Responsável               |
|--------------------------|---------------------------|
| SEMAP/DEA/CGPLAM/DLOG/PF | DANIEL CARVALHO FLORÊNCIO |

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação são as condições indispensáveis que a solução contratada deve ter para atender à necessidade de contratação, incluindo os padrões mínimos de qualidade para possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa.

Como requisitos *latu sensu*, a contratação deve contemplar o seguinte:

Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, para fornecer materiais e executar serviços;

Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

Obter o valor estimado da contratação o mais próximo da realidade, a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;

Célere instrução do processo de modo a evitar solução de continuidade na prestação dos serviços.

Como requisitos *strictu sensu*, a contratação deve contemplar o seguinte:

Os serviços decorrentes da contratação deverão se pautar por execução de profissionais capacitados e/ou habilitados;

Os materiais empregados na execução dos serviços devem seguir a especificação contida no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas. Na falta de uma especificação no referido anexo, os materiais deverão ser de boa procedência e preferencialmente que estejam de acordo com a norma técnica da ABNT pertinente, ou aquela que seja a mais usual no mercado;

Os serviços empregados devem seguir a rigor as normas técnicas da ABNT pertinentes, ou aquela que seja a mais usual no mercado;

## 5. Levantamento de Mercado

Diante da nova edificação da Polícia Federal cuja **manutenção dos grandes sistemas (ar condicionado – chiller, UPS's, elevadores, entrada de energia e geradores) estão à cargo do condomínio**, esta Equipe de Planejamento optou por não utilizar o padrão de contratação já utilizado e aprovado pela Polícia Federal, que seria a contratação de **manutenção predial com dedicação exclusiva de mão de obra além de materiais inclusos**.

Esta Equipe de Planejamento da Contratação então passou a estudar uma alternativa que não abrangesse a contratação de postos fixos de mão de obra com o fornecimento de material, mas que ao mesmo tempo fosse viável tecnicamente. Então chegou-se ao entendimento que a melhor solução seria a criação de serviços predefinidos em um contrato, com especificações, quantitativos e valores certos, de modo que somente fossem executados os serviços previstos.

Tal solução elimina a necessidade de postos fixos, uma vez que tanto serviços de manutenção preventiva quanto de manutenção corretiva estariam previstos em uma "carta de serviços".

Esta solução não somente atinge ao propósito destacado no parágrafo anterior, como também é a modalidade de contratação de manutenção predial feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em todas as suas unidades. Este contrato do TCU é único e abrange o País inteiro.

Tendo o TCU como parâmetro de legalidade e como eficiência no emprego de recursos públicos, esta Equipe de Planejamento da Contratação entende que, uma vez bem estimados os quantitativos e os serviços necessários, esta forma de contratação atenderá todas as necessidades em relação a manutenção do Ed. Sede da Polícia Federal.

## **6. Descrição da solução como um todo**

Para os serviços executados sob demanda, serão elaborados a curva ABC, estipulado BDI compatível com a contratação, e identificados (caso necessário) os itens que se sujeitam à incidência de BDI diferenciado. Os serviços de manutenção predial corretiva e preventiva serão discriminados em anexo ao TR, contendo discriminação de padrões técnicos exigíveis dos serviços que serão prestados. Os valores das tabelas referenciais utilizadas não devem ser atualizados com base em novas tabelas divulgadas posteriormente à realização da licitação. Admite-se, tão-somente, a aplicação de reajuste conforme índice previamente definido no Edital ou no Termo de Referência e vinculado à construção civil (conforme TCU, Ac. 1381 /2018-Plenário).

A seleção da empresa far-se-á por licitação na modalidade Pregão Eletrônico (o objeto se enquadra como sendo um serviço comum de engenharia), com adjudicação global do objeto. O contrato será executado pelo regime de empreitada por preço unitário.

A unidade responsável pelo projeto é o SEMAP/DEA/CGPLAM/DLOG/PF, que também será a responsável pela fiscalização técnica do objeto.

A meta deste contrato é a execução de manutenção predial preventiva e por demanda (corretiva) dos sistemas, equipamentos e instalações listados no Termo de Referência perfazendo uma área construída de aproximadamente 18.500 m<sup>2</sup>, por um período de 12 meses, podendo esse prazo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

O contrato não abará mão de obra dedicada. Todos os serviços a serem executados pela contratada (tanto preventivos quanto corretivos) envolvem o fornecimento do material necessário e a execução do serviço, ou seja, o ônus de cálculo de salários, encargos trabalhistas, previdenciários e outros de cunho social são todos da contratada, tal como seria em um contrato de serviço de engenharia.

Todos os serviços previstos no contrato estarão com quantidades, valores e especificações quanto à execução e material a ser empregado definidos no Termo de Referência e seus anexos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Propõe-se, em linhas gerais, a contratação de empresa especializada na área de manutenção predial preventiva e corretiva para a prestação de rol de serviços previamente definidos no Termo de Referência, tanto em quantidade quanto em especificações e em valores, com base em composições e insumos oriundos preferencialmente da tabela SINAPI/DF e, subsidiariamente, de consultas ao Painel de Preços do Governo Federal e cotações feitas com fornecedores locais, tal como preconiza a IN n. 73/2020 do Ministério da Economia.

Será um único imóvel, composto por 3 torres.

Não haverá contratação de postos de trabalho, apenas de serviços, com o devido fornecimento do material necessário para a execução da manutenção solicitada. Tal modalidade é a que está sendo aplicada atualmente pelo Tribunal de Contas da União que, em um contrato único, engloba a sua Sede (situada em Brasília/DF) e todas as suas regionais, situadas em cada Unidade da Federação.

Devido a edificação ser nova e sem nenhum histórico relativo a manutenção predial o quantitativo estimado será baseado no quantitativo instalado.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.600.000,00

Com base em levantamento prévio de serviços (utilizou-se amplamente a contratação atual de manutenção predial do TCU como parâmetro), estima-se que a contratação seja da ordem de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)** anuais, já considerando a parcela de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com a **NOTA n. 00076/2021/NJUR/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU**, as compras, serviços e obras da Administração Pública **devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis**, nos moldes do art. 23, da Lei

nº 8.666, de 21 de junho de 1993, visando ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Com fundamento de validade no comando legal acima transcrito, o TCU passou a reiterar em suas deliberações a **obrigatoriedade de admissão da adjudicação por item nos editais de licitações cujo objeto se mostrasse passível de divisão**, o que culminou na consolidação desse entendimento por meio da Súmula n. 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item **e não por preço global**, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (Grifo nosso).

A contratação única somente é possível - como exceção - se demonstrado que o parcelamento trará prejuízos à vantajosidade técnica e/ou econômica da licitação.

A **NOTA n. 00076/2021/NJUR/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU** reitera ainda que a conveniência administrativa de um único contrato ou a facilidade de gestão e de fiscalização **não autorizam o afastamento da regra**.

Entretanto, esta equipe técnica considera que realizar várias licitações para o objeto manutenção predial é uma proposição que vai de encontro ao princípio da eficiência imposto à administração, já que há um aumento desnecessário dos custos administrativos com a gestão desses contratos quando das renovações, prorrogações, reajustes e repactuações, exame de documentos, processos de pagamento etc.

Nesse sentido, cabe transcrever o voto da Ministra Ana Arraes no Acórdão TCU nº 3334/2015-Plenário:

“27. No caso concreto, a **SMPE/PR previu a contratação de praticamente todos os serviços de manutenção predial, a serem prestados por uma única empresa**. Sob ponto de vista administrativo, **não há dúvida de que o critério adotado traz grandes vantagens, pois evita o excesso de procedimentos administrativos, tais como a realização de diversas licitações e a gestão de inúmeros contratos**. Não vejo razão, por exemplo, no fatiamento de manutenção predial por força de especialização de segmentos econômicos, tais como, serviços hidráulicos, elétricos, manutenção de gerador, manutenção de nobreak, elevadores, ar-condicionado, dentre outros. Ao contrário, a iniciativa privada costuma trabalhar com empresas especializadas na gestão de condomínios, **cujo objetivo é o perfeito funcionamento de todo o sistema de forma integrada**.” (Grifo nosso).



O fornecimento de materiais e insumos em separado se mostra inadequado às necessidades do dia a dia de uma manutenção predial, já que no momento da realização de um serviço o material já deve estar à disposição para que possa ser concluído; o que não é de difícil integração em uma licitação em separado. Sobre este ponto de vista, cabe transcrever o voto da Ministra Ana Arraes no Acórdão 1238/2016-Plenário:

“15. Outros órgãos e entidades realizam certames para constituição de ata de registro de preços, com adjudicação, no mais das vezes, por grupos de itens, e os materiais registrados são requisitados e utilizados quando da realização de cada serviço. **Esse procedimento contempla manifesta ilegalidade, pois as atas registradas estão sendo utilizadas, comumente, como contrato.** Contempla, ainda, ineficiência, por envolver diversos fornecedores na realização de um mesmo serviço, o que traz contratempo de toda natureza. **Em síntese, é quase impossível obter uma sinergia adequada entre o prestador dos serviços e os inúmeros fornecedores de materiais.** Além disso, periodicamente nova pesquisa é realizada para verificar se os preços registrados estão de acordo com os praticados pelo mercado, nos termos do art. 9º, inciso XI, do Decreto 7.892/2013. Some-se, ainda, a necessidade de se realizar novas licitações sempre que a ata perder a vigência ou caso, por qualquer outro motivo, deixe de ser aplicada.

16. **Ante o exposto, reitero, esses procedimentos estão em desacordo com o art. 37 da Constituição Federal por violarem o princípio da eficiência.**” (Grifo nosso).

Por tais motivos, se entende que traz mais benefícios à Administração um único contrato contemplando os serviços de manutenção predial (execução com materiais).

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes necessárias.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010 /2022 da PF, aprovado pela Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso: **Pessoal motivado; Apoio logístico efetivo; Credibilidade mantida.**

Dentre os *Objetivos Institucionais* supracitados fixados no mesmo instrumento, figura a otimização dos serviços ao usuário/cidadão, objetivo este que será devidamente resguardado com a prestação dos serviços de manutenção pelos motivos expostos anteriormente.

Além disso outros *fatores críticos de sucesso* mencionados no **Plano Estratégico da PF** são:

**Infraestrutura adequada** - Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.

**Recursos de C&T atualizados** - Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento de níveis mais avançados em matéria de Ciência e Tecnologia.

Dentro dos *Objetivos Institucionais* ainda há:

**Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais** - Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

A contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

Foi realizada ampla pesquisa de preços para determinação do valor de referência da licitação. O preenchimento das planilhas analíticas de preços foi realizado de acordo com as orientações do ME, visando a atender ao disposto na Instrução Normativa nº 73/2020 – SEGES/ME, além de decisões do TCU, utilização dos preços do SINAPI - para o DF - e consulta a contratações similares, chegando-se assim aos valores de referência estipulados no Termo de Referência.

## 12. Modelo de Contratação Escolhido

De início cumpre registrar que a equipe técnica de engenharia da Polícia Federal entende que a melhor solução para manutenção predial de seus prédios próprios, **sobretudo as superintendências regionais**, é o modelo que contempla **“Postos de trabalho + Materiais + Serviços”**, por se mostrar na prática a modelagem que melhor atende as necessidades da forma mais eficaz, eficiente e efetiva. Tal modelo já é utilizado em diversas edificações da Polícia Federal, a título de exemplo, Contrato de Manutenção Predial das Superintendências do Rio de Janeiro e São Paulo (SEI 08500.011265/2020-66 e 08455.019947/2019-76).

Porém, para o presente caso, por se tratar de edificação locada, cuja **manutenção predial sob responsabilidade da Polícia Federal é restrita às manutenções ordinárias das áreas privativas**, que são demandas mais simples, a exemplo de troca de luminárias, conserto de vazamentos, conserto de fechadura, limpeza de ar-condicionado, dentre outros, optou-se por um modelo de contrato de manutenção que atendessem a essa peculiaridade.

Registre-se que, conforme previsão contratual, na atual edificação as manutenções dos sistemas mais robustos e complexos, e que, por conseguinte, demandam os maiores esforços, são de responsabilidade do condomínio, a exemplo do sistema de ar-condicionado central, sistema de incêndio, sistema de rede estabilizada (no break e geradores), elevadores, dentre outros.

Diante dessa manutenção mais simplificada, a equipe técnica optou pelo modelo de **manutenção por demanda**, sem manutenção de equipe fixa no prédio. Neste modelo, a contratada será remunerada apenas pelos serviços executados (preventivos e corretivos).

Para atender essa demanda mais simplificada, a equipe técnica elaborou um levantamento com os serviços predefinidos, com suas respectivas especificações técnicas, quantitativos e preços unitários.

Tal solução elimina a necessidade de postos fixos, uma vez que tanto serviços de manutenção preventiva quanto de manutenção corretiva estariam previstos em uma "carta de serviços".

### **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Como já foi explicitado neste estudo, o resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o conforto ambiental e a qualidade do funcionamento dos sistemas necessários ao bom andamento dos serviços prestados pela PF, por meio da garantia da qualidade laboral dos servidores nas atividades finalísticas, contribuindo, assim, para um melhor aproveitamento dos recursos humanos do órgão, através da correta manutenção dos sistemas e equipamentos.

Esta medida concorre para uma maior eficiência administrativa na diminuição do absenteísmo e no aumento da produtividade, dois fatores intrínsecos às pessoas que ocupam os edifícios. Além disso, concorre também para a gestão inteligente e eficiente dos sistemas e equipamentos objeto do presente estudo, otimizando o consumo de energia e água e diminuindo a necessidade de intervenções não planejadas, que estatisticamente são mais onerosas, tanto do ponto de vista econômico, como de disponibilidade dos sistemas.

Além disto a manutenção predial traz como benefício secundário a diminuição da probabilidade de que haja necessidade de intervenções emergenciais em instalações, que são bastante onerosas e podem levar a consequências como a interrupção ou perda de serviço realizados pela Polícia Federal.

### **14. Providências a serem Adotadas**

Caso seja de interesse da contratada a Polícia Federal disponibilizar um ambiente para que a empresa possa utilizar como escritório. Máquinas e equipamentos serão de responsabilidade da contratada

### **15. Possíveis Impactos Ambientais**

Os possíveis impactos ambientais são devidos ao descarte de materiais oriundos dos serviços de manutenção. Como medida de tratamento, a Equipe de Planejamento da Contratação

tomou o cuidado de deixar como encargo da Contratada a elaboração de um PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos), para cada uma das unidades onde serão prestados serviços no Contrato.

O PGRS é um documento técnico (deve ser elaborado por um responsável técnico devidamente habilitado - engenheiro civil ou ambiental) que identifica o tipo e a quantidade de resíduos sólidos gerados, e quais as práticas ambientalmente corretas adotadas pelas empresas para a segregação, coleta, armazenamento, transporte, reciclagem, destinação e disposição final.

Por determinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (através da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 seção V art. 20 ao 24) os geradores de resíduos são obrigados a elaborar o PGRS. Assim, eles demonstram a sua capacidade de dar uma destinação final ambientalmente adequada e de realizar a gestão de resíduos adequadamente.

As empresas obrigadas a elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e não o fizerem sofrerão penalidades, que podem ser perda da licença de operação, pagamento de multas ou reclusão de até três anos dos responsáveis da empresa.

Para elaborar o PGRS são definidos medidas e procedimentos para o correto manejo e gerenciamento dos resíduos, os quais quando aplicados, têm como consequência a minimização dos impactos ambientais.

## 16. Outras Informações Relevantes

Conforme disposto na IN 40/2020 do Ministério da Economia, as informações contidas neste documento **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta Equipe de Planejamento da Contratação entende como viável e razoável sob os aspectos financeiro e técnico a contratação pretendida, nos moldes aqui apresentados.

Com base em valores de contratações anteriores da PF do objeto em análise (manutenção predial corretiva e preventiva), o valor previsto desta contratação é factível.

Também se entende como viável a licitação nos moldes previstos uma vez que o próprio Tribunal de Contas da União assim contratou.

## **18. Responsáveis**

LEONARDO BRUNO FERREIRA GREGORIM

Escrivão de Polícia Federal

PERICLES TAVARES VIEIRA NETO

Papiloscopista Policial Federal